

Geração de emprego supera expectativas em junho de 2024

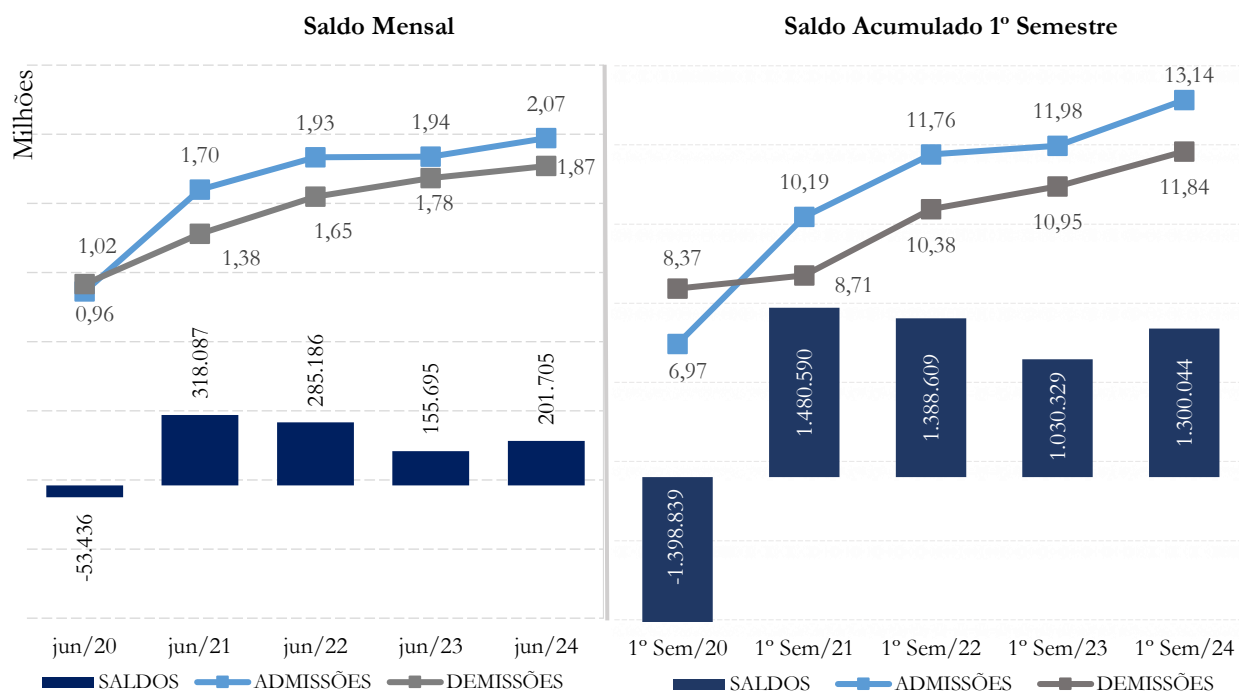
Janaína Feijó¹ e Giovana Ferreira²

Brasil obteve um saldo de 201.705 vagas formais em junho. Esse desempenho superou as projeções dos analistas, mesmo com o RS sendo a única unidade da federação a registrar saldo negativo. Demissões a pedido desaceleraram na margem.

Este informativo analisa os microdados mais recentes do Novo CAGED, divulgados pelo MTE, referentes a junho de 2024, levando em conta os ajustes declarados fora do prazo. No mês de junho o Brasil registrou um saldo positivo (admissões superando desligamentos) de 201.705 empregos formais, com 2.071.649 admissões e 1.869.944 desligamentos. Conforme se observa no Gráfico 1A, este saldo revela uma melhora de 29,6% na geração de postos formais se comparado a jun/23 (155.695 postos), mas 29,3% menor do que o reportado em jun/22 (285.186) e 36,6% menor do que o de jun/21 (318.087).

Em relação ao acumulado, o primeiro semestre de 2024 registrou saldo de 1.300.044 empregos. Esse saldo foi 26,2% maior do que o acumulado de janeiro a junho de 2023 (1.030.329 postos), mas 6,4% menor se comparado a 2022 (1.388.609) e 12,2% menor se comparado a 2021 (1.480.590). Vale lembrar que os anos de 2021 e 2022 foram caracterizados por intensa recuperação da economia após o controle da crise sanitária de 2020.

Gráfico 1 - Admissões, demissões e saldos – 2020 a 2024 – Brasil.



Fonte: Elaboração dos autores com base nos microdados do Novo CAGED. Dados com ajustes declarados até jun/24.

¹ Doutora em Economia e pesquisadora FGV IBRE.

² Doutoranda em Economia e bolsista pesquisadora do FGV IBRE.

A fim de compreender em que medida as enchentes que devastaram o Rio Grande do Sul (RS) no segundo trimestre afetaram seu mercado formal, a Tabela 1 apresenta o saldo de contratos formais por setor de atividade. Em junho o RS registrou saldo negativo de -8.569, sendo o segundo mês consecutivo de saldo negativo do ano. Porém, esse saldo foi melhor do que o registrado em maio (-21.990). Portanto, totaliza-se um saldo negativo líquido de 30.559 vagas no terceiro bimestre de 2024. Vale salientar que o mês de junho geralmente não é um dos meses mais fortes para contratações no estado do Rio Grande do Sul, apresentando saldos mais baixos se comparado a outros meses no ano. Porém, o saldo negativo de jun/24 foi maior do que a média observada nos meses de junho dos últimos anos.

A Indústria registrou o pior saldo (-3.981) tanto em comparação com os demais setores em junho deste ano quanto em comparação com o seu próprio desempenho em junho dos anos anteriores. Os saldos também foram negativos para o Comércio (-2.529), Agropecuária (-2.154) e Serviços (-451). A Construção foi o único setor que apresentou saldo positivo (546). O desempenho da Construção está relacionado aos esforços para reconstruir o que foi perdido durante as enchentes, envolvendo obras de saneamento, contenção e drenagem, construção e reparação de casas e edifícios, por exemplo, que impulsionam a construção civil.

Na comparação interanual, os setores mais afetados foram o Comércio, com uma queda de 380,8% em relação a jun/23 (cujo saldo foi -526) e os Serviços, com 108,5% a menos do que jun/23 (5.299). Seguidos um pouco mais de longe, tem-se a Agropecuária cuja queda foi de 86,0% e a Indústria (-20,7%). A Construção, se comparada a jun/23, registrou aumento de 166,3% no saldo.

Tabela 1 – Saldos Mensal e Acumulado por Setor de Atividade. Rio Grande do Sul.

Período	Total	Agropecuária	Indústria	Construção	Comércio	Serviços
Mensal						
jun/22	7.885	-1.121	2.496	928	2.133	3.449
jun/23	-506	-1.158	-3.297	-824	-526	5.299
jun/24	-8.569	-2.154	-3.981	546	-2.529	-451
Variação 23-24	-1.593,5%	-86,0%	-20,7%	166,3%	-380,8%	-108,5%
Acumulado						
1º sem/22	75.588	560	33.511	6.581	1.873	33.062
1º sem/23	52.983	-431	20.578	644	1.914	30.278
1º sem/24	38.742	-940	18.695	4.082	-3.655	20.560
Variação 23-24	-26,9%	-118,1%	-9,2%	533,9%	-291,0%	-32,1%

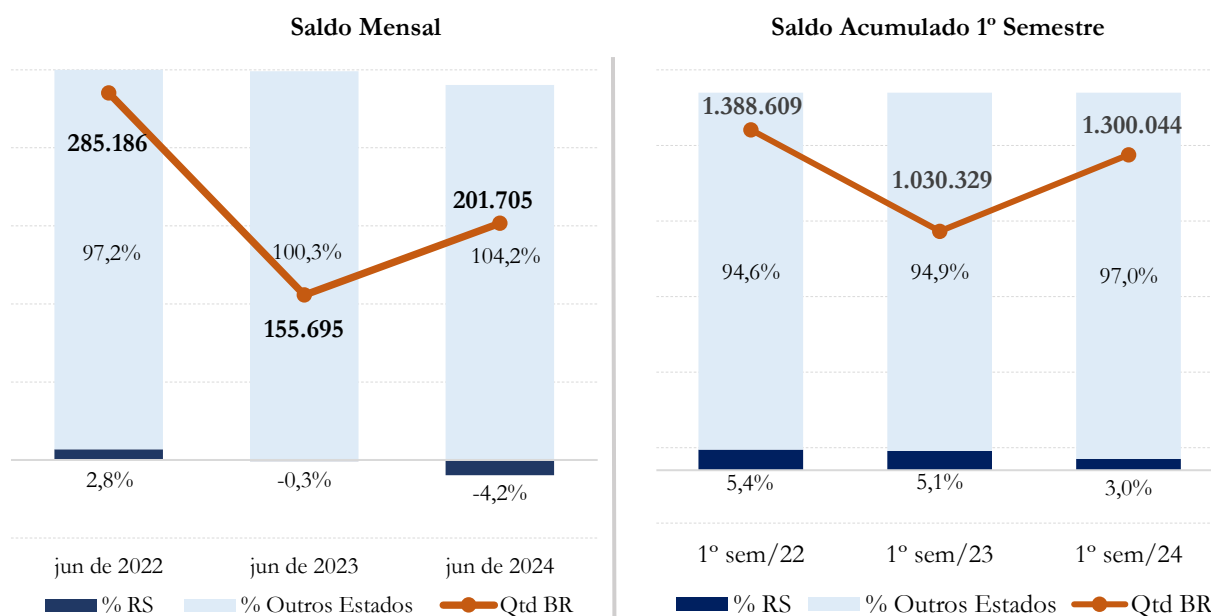
Fonte: Elaboração dos autores com base nos microdados do Novo CAGED. Dados com ajustes declarados até jun/24. O total considera os saldos não identificados.

Em relação ao acumulado do primeiro semestre, o resultado foi positivo, com 38.742 postos formais de trabalho (em decorrência dos saldos positivos que foram gerados nos meses de janeiro a abril). Em relação aos setores, somente a Construção apresentou melhora se comparada primeiro semestre de 2023, com um aumento de 533,9%. No sentido contrário, tem-se a Indústria, cujo saldo acumulado foi de 20.578 para 18.695 (-9,2%), os Serviços cujo saldo passou de 30.278 para 20.560 (-32,1%) e a Agropecuária (-118,1%). O Comércio foi o setor mais afetado, com uma queda de 291,0% (cujo saldo passou de 1.914 para -3.655). Dos 38.742 postos gerados no semestre, 53% foram gerados pelo setor de Serviços e 48% pela Indústria.

O Rio Grande do Sul foi o único estado do país a apresentar um saldo negativo de vagas formais em junho de 2024. No Gráfico 2 tem-se a composição estadual do saldo de empregos formais do Brasil nos últimos 3 anos. A participação do saldo do RS no saldo agregado correspondia a 2,8% em junho de 2022 e em jun/23 obteve uma contribuição negativa de 0,3%. Em função da catástrofe, a contribuição negativa em jun/24 foi ainda maior, cerca de - 4,2%.

No acumulado, esta tendência de declínio se repetiu: no primeiro semestre de 2022, o saldo de postos formais gerado no RS correspondeu a 5,4% do total do país, seguido por 5,1% nos primeiros 6 meses de 2023, e por fim, uma queda para 3,0% no primeiro semestre de 2024. Portanto, a contribuição do RS para o saldo nacional mensal e acumulado de empregos formais, que já estava diminuindo nos últimos dois anos, caiu mais fortemente em 2024 devido ao fenômeno das enchentes.

Gráfico 2 – Composição Estadual do Saldo do Brasil – Mensal e Acumulado.



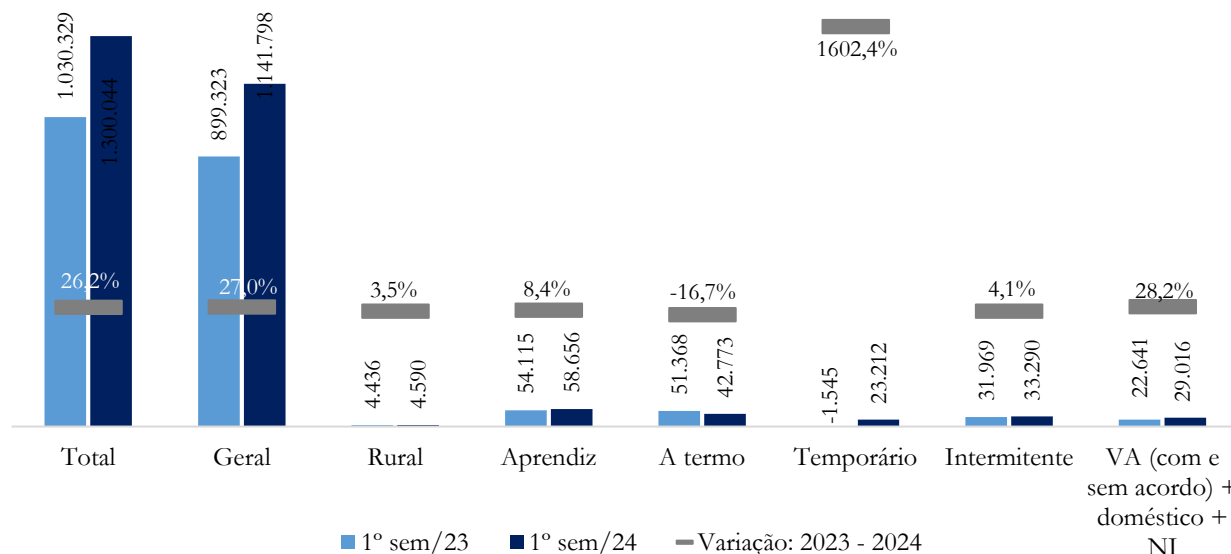
Fonte: Elaboração dos autores com base nos microdados do Novo CAGED. Dados com ajustes declarados até jun/24.

O Gráfico 3 apresenta os saldos acumulados do primeiro semestre de 2023 e 2024 por categoria de vínculo empregatício³. Em relação à composição, a categoria Geral (87,8%) manteve a maior participação no saldo acumulado do primeiro semestre de 2024, seguida pelas categorias Aprendiz (4,5%), A Termo (3,3%), Intermitente (2,6%) e Temporário (1,8%). Além disso, o saldo acumulado de 1.141.798 postos na categoria Geral foi 27,0% superior ao registrado no primeiro semestre de 2023, que foi de 899.323 postos.

³ Na categoria Geral estão os Gerais contratados por CLT (inclusive o empregado público da administração direta ou indireta). Trabalhador rural por pequeno prazo aos termos da Lei 11.718/2008. Contrato a termo firmado nos termos da Lei 9.601/1998. Aprendiz são os com idade entre 14 e 24 anos, vinculado a um contrato de aprendizagem. Os Intermitentes são os com vínculo empregatício não contínuo, com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses. Já os Temporários são contratados por um prazo de duração estabelecido e tem o objetivo de atender à necessidade de substituição transitória de pessoal permanente ou à demanda complementar de serviços.

O saldo das categorias Aprendiz, Intermitente e Temporário aumentou em relação ao ano anterior. O crescimento mais expressivo foi observado entre os Temporários (1602,4%), uma tendência que tem se mantido nos últimos meses. Essa categoria alcançou um saldo acumulado de 23.212 nos primeiros seis meses deste ano, enquanto no mesmo período do ano anterior registrou um saldo negativo de -1.545 postos de trabalho. O saldo da categoria Aprendiz cresceu 8,4%, passando de 54.115 entre janeiro e junho de 2023 para 58.656 no mesmo período de 2024. Quanto ao vínculo Intermitente, o saldo acumulado de 33.290 foi 4,1% maior do que no mesmo período de 2023, quando o saldo foi de 31.969 postos formais.

Gráfico 3 – Saldos de janeiro a junho por tipo de vínculo. 2023 e 2024. Brasil.



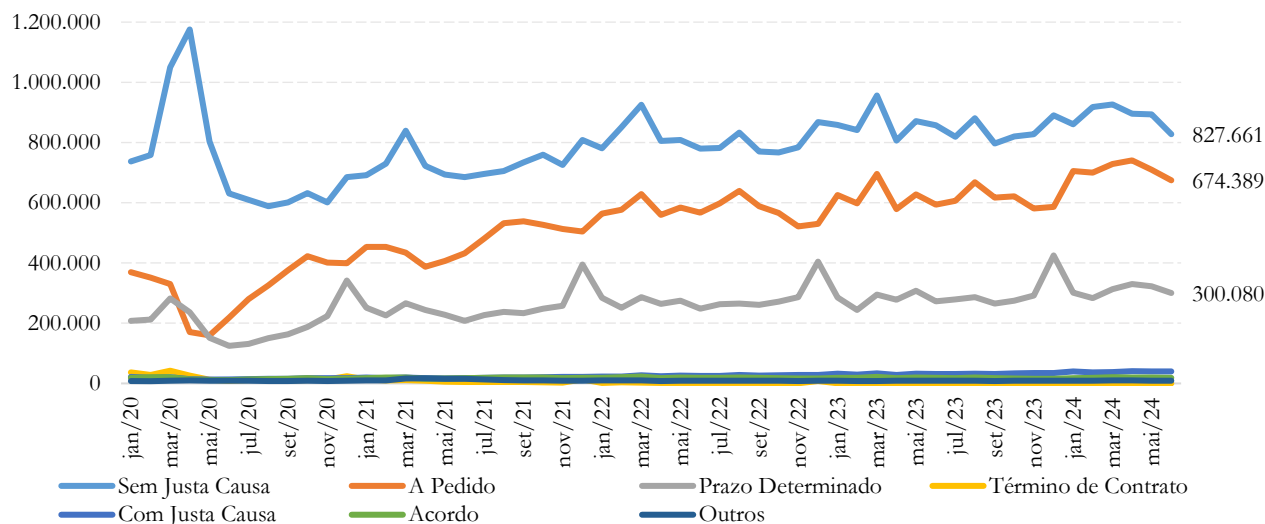
Fonte: Elaboração dos autores com base nos microdados do Novo CAGED. Dados com ajustes declarados até jun/24. Na categoria Geral estão os contratados por CLT (inclusive o empregado público da administração direta ou indireta). Na última categoria aglutinam-se os empregados por contrato de trabalho Verde e Amarelo e empregados domésticos.

A categoria que engloba trabalhadores domésticos, trabalhadores em contrato de trabalho Verde e Amarelo – com e sem acordo para antecipação mensal da multa rescisória do FGTS – e os não identificados apresentou um aumento de 28,2%. Por fim, a única categoria que apresentou retração foi a dos trabalhadores com contrato a termo, cujo saldo diminuiu de 51.368 para 42.773, uma redução de 16,7% no saldo, conforme ilustra o Gráfico 3.

O Gráfico 4 mostra que em junho de 2024 foram registradas 674.389 demissões a pedido do trabalhador. Esse valor foi 5,0% menor do que o registrado no mês anterior, mas ainda está entre os mais altos da série iniciada em jan/20. Portanto, em junho ocorreu uma desaceleração no número de demissões a pedido, que é um dos fatores analisados para averiguar o grau de aquecimento do mercado. Vale ressaltar que os maiores valores de demissões a pedido foram atingidos no primeiro semestre de 2024 - em abril (740.778), seguido por março (728.344), maio (710.199), janeiro (705.059) e fevereiro (699.919), conforme mostra abaixo. No que diz respeito ao acumulado no primeiro semestre, o número de desligamentos a pedido aumentou significativamente entre 2020 e 2024, atingindo seu pico em 2024, com 4.258.688 desligamentos dessa natureza. Esse valor foi 14,4% maior do que no primeiro semestre de 2023 (3.721.471 desligamentos a pedido) e 22,4% superior ao mesmo período de 2022 (3.480.439). O acumulado em 12 meses segue quebrando recordes, chegando a 7.938.535. A participação das demissões

a pedido no total de desligamentos tem se mantido em torno de 36% nos últimos seis meses, contra 30,8% em média, no restante da série histórica

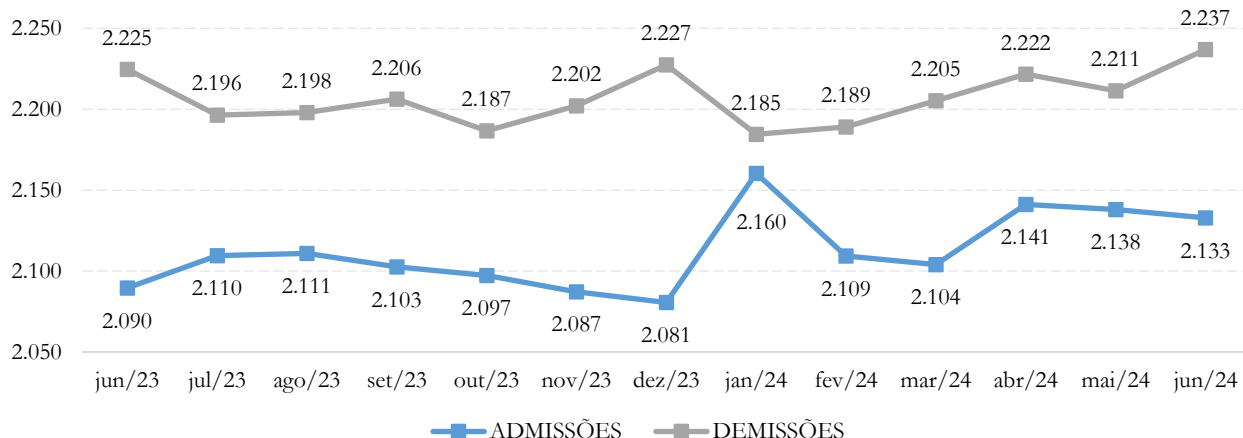
Gráfico 4 – Demissões por causa de ocorrência. Mensal. Jan/20 a jun/24. Brasil.



Fonte: Elaboração dos autores com base nos microdados do Novo CAGED. Dados com ajustes declarados até jun/24. Na categoria “Outros” estão aglutinados os desligamentos por Culpa Recíproca, Aposentadoria, Morte, Transferência e de tipo Ignorado.

Em relação aos salários, Gráfico 5, verifica-se que o salário médio real de admissão foi de R\$ 2.132,8 em jun/24, o que representa uma queda na margem de 0,2%, isto é, na comparação com mai/24 (R\$ 2.137,9) e um aumento de 2,1% na comparação interanual com jun/23 (R\$ 2.089,5). Já o salário médio real de desligamento foi de R\$ 2.236,8, ou seja, teve alta de 0,5% em relação a jun/23 (R\$ 2.224,7) e aumento de 1,1% em relação a mai/24 (R\$ 2.211,4), conforme mostra o Gráfico 5. Ademais, tanto os salários de admissão quanto os de desligamento vêm apresentando crescimento constante na média móvel de 12 meses, que foi de R\$ 2.114,5 (admitidos) e R\$ 2.205,5 (demitidos) no último ano.

Gráfico 5 – Salários Reais (Admitidos x Demitidos). Junho de 2023 a 2024. Brasil.

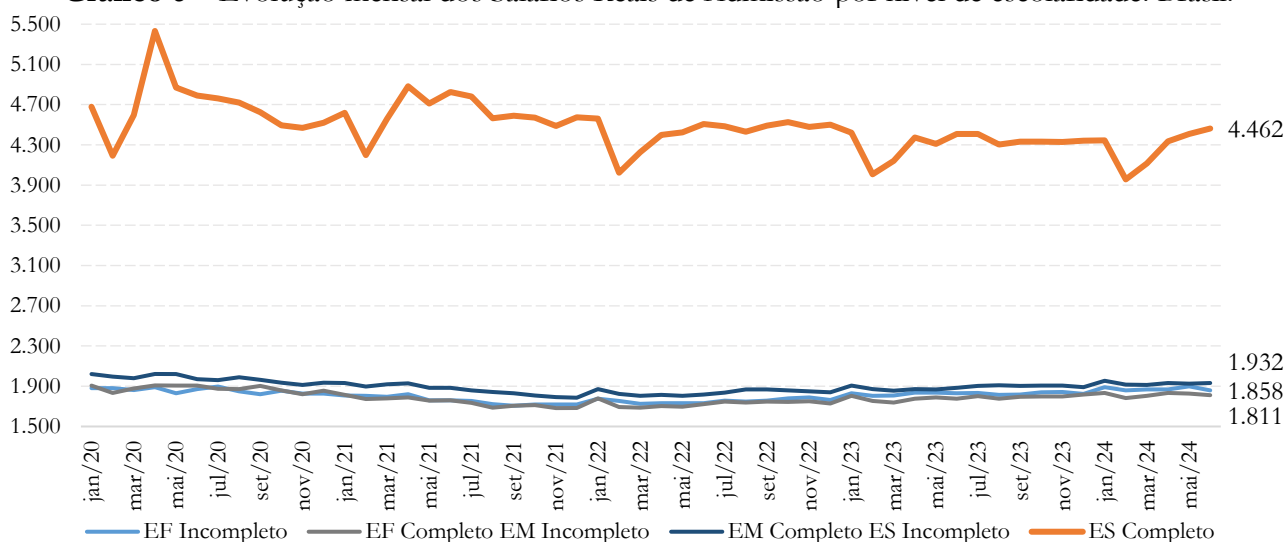


Fonte: Elaboração dos autores com base nos microdados do Novo CAGED. Dados sem ajustes e sujeito a atualizações nos próximos meses. Salários em reais de janeiro de 2024. Não incluem valores menores que 0,3 SM e maiores que 150 SM, assim como vínculos da modalidade intermitente.

Observa-se que o salário médio de admissão dos trabalhadores com superior completo (R\$ 4.461,8) é mais do que o dobro dos demais níveis de escolaridade (ver Gráfico 6). Dentre os demais níveis de escolaridade, destaca-se com uma remuneração um pouco maior as pessoas com médio completo ou superior incompleto (que constituem a maior parte da força de trabalho brasileira), cuja média salarial é R\$ 1.931,9. Já para o fundamental incompleto e fundamental completo ou médio incompleto as remunerações são muito semelhantes e se alternam em magnitude ao longo da série histórica, desde jan/20. Assim, os dados mostram a forte associação entre escolaridade e remuneração.

Os salários de admissão para todas as categorias de escolaridade cresceram em relação ao mês de jun/23, sendo os maiores ganhos reais obtidos na categoria médio completo ou superior incompleto, cujo salário aumentou de R\$1.885,2 em jun/23 para R\$ 1.931,9 em jun/24, isto é, um crescimento de 2,5%. Em seguida, a categoria fundamental completo ou médio incompleto, cujo salário foi de R\$1.775,9 para R\$1.811,2 na comparação interanual dos meses de junho (aumento de 2,0%). Esse aumento foi seguido em magnitude pelas categorias com fundamental incompleto (1,6%) e superior completo ou mais (1,2%).

Gráfico 6 – Evolução mensal dos Salários Reais de Admissão por nível de escolaridade. Brasil.



Fonte: Elaboração dos autores com os microdados do Novo CAGED. Dados sem ajustes e sujeito a atualizações. Salários em reais de janeiro de 2024. Não incluem valores menores que 0,3 SM e maiores que 150 SM, assim como vínculos da modalidade intermitente.

Este informe analisou o desempenho do mercado de trabalho formal recente, buscando explorar as heterogeneidades setoriais e salariais. Verifica-se que em jun/24 foram gerados 201.705 postos formais, 29,6% a mais se comparado ao mesmo mês do ano anterior. O Rio Grande do Sul contribuiu negativamente para esse montante, encerrando o mês de junho com o fechamento de 8.569 postos formais de trabalho (-4,2% do saldo nacional), ainda em consequência dos danos causados pelas enchentes. Nesta unidade da federação, destacou-se o setor da Construção, o único que obteve saldo positivo, principalmente devido aos intensos esforços de reconstrução e à realização de obras para recuperação de áreas afetadas. A tendência é que os próximos meses o emprego em RS continue se recuperando. Por fim, ocorreu a manutenção das demissões voluntárias em patamares elevados, atingindo 674.389 em junho, apesar de uma pequena desaceleração na margem. Além disso, verificou-se a elevação dos salários de admissão na média móvel de 12 meses, apesar de um pequeno declínio marginal.